



C A P Í T U L O 3

Inclusão Escolar de Crianças com Transtorno do Espectro Autista: Diversidade e Políticas de Inclusão Social

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.642112610023>

Fernanda Germani de Oliveira Chiaratti

Psicóloga e Pedagoga, Doutora em Educação.

Kamilly Trainotti Dias de Sá

Acadêmica do Curso de Psicologia - UNIFEPE

RESUMO: A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar tem se consolidado como uma temática central nas discussões educacionais contemporâneas, especialmente no que se refere à valorização da diversidade e à implementação de políticas de inclusão social. O TEA caracteriza-se como um transtorno do neurodesenvolvimento que envolve dificuldades na comunicação, na interação social e na presença de comportamentos repetitivos e interesses restritos. Nesse cenário, a escola assume papel fundamental na promoção do desenvolvimento cognitivo, social e emocional dessas crianças. O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de inclusão de estudantes com TEA no ambiente escolar, considerando os princípios da diversidade e as políticas públicas de inclusão social que orientam a educação inclusiva. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos relacionados à educação inclusiva, à aprendizagem e às políticas educacionais. Os resultados indicam que a efetivação da inclusão depende de práticas pedagógicas adaptadas, formação docente continuada, articulação entre escola e família e implementação de políticas educacionais que assegurem condições adequadas de ensino e aprendizagem. Conclui-se que promover uma educação que respeite a diversidade exige transformações pedagógicas e institucionais capazes de garantir o acesso, a permanência e a participação de todos os estudantes no processo educativo.

PALAVRAS-CHAVE: educação inclusiva; diversidade; transtorno do espectro autista; políticas de inclusão social; aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre inclusão escolar tem ganhado destaque nas últimas décadas, impulsionada pelo reconhecimento da diversidade presente nas instituições educacionais e pela necessidade de garantir o direito à educação para todos. Nesse contexto, a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para repensar práticas pedagógicas, estruturas institucionais e políticas educacionais voltadas à promoção de uma escola mais democrática e equitativa.

O TEA é compreendido como um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades na comunicação, na interação social e por padrões comportamentais repetitivos ou restritos. Essas características podem influenciar significativamente a forma como a criança aprende, se relaciona e participa das atividades escolares. Dessa maneira, a presença de estudantes com TEA nas escolas exige que educadores desenvolvam estratégias pedagógicas que considerem as particularidades de cada aluno, valorizando a diversidade presente no ambiente educacional.

A perspectiva da diversidade reconhece que os estudantes possuem diferentes formas de aprender, interagir e construir conhecimentos. Assim, a escola inclusiva deve estar preparada para acolher essas diferenças, promovendo condições que favoreçam a participação ativa de todos os alunos no processo educativo. Nesse sentido, a educação inclusiva não se limita apenas ao acesso à escola, mas envolve a criação de práticas pedagógicas e políticas institucionais que garantam aprendizagem significativa e participação social.

No Brasil, a consolidação da educação inclusiva tem sido orientada por diferentes políticas públicas e marcos legais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Esses documentos reforçam o compromisso do Estado com a construção de um sistema educacional que reconheça e valorize a diversidade humana.

Diante desse cenário, torna-se essencial compreender como ocorre o processo de inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar, especialmente considerando os princípios da diversidade e as políticas de inclusão social. Assim, este estudo busca analisar os desafios e as possibilidades relacionados à inclusão desses estudantes no contexto educacional, destacando a importância de práticas pedagógicas inclusivas e de políticas públicas que garantam o direito à educação de qualidade para todos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação inclusiva e diversidade

A educação inclusiva fundamenta-se na compreensão de que a escola deve atender a todos os estudantes, reconhecendo e valorizando as diferenças existentes entre eles. Nesse sentido, a diversidade passa a ser entendida como elemento constitutivo do ambiente educacional, e não como um obstáculo ao processo de ensino e aprendizagem. Conforme destaca Maria Teresa Eglér Mantoan, **“a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a atender alunos com deficiência, mas exige que a escola se reorganize para garantir a aprendizagem de todos”** (Mantoan, 2015, p. 24). Essa perspectiva reforça a necessidade de repensar práticas pedagógicas e estruturas institucionais que historicamente foram organizadas a partir de modelos homogêneos de ensino.

A valorização da diversidade no contexto educacional também está associada à construção de sistemas sociais mais justos e equitativos. Para Romeu Kazumi Sassaki, **“a inclusão é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”** (Sassaki, 2010, p. 39). Assim, a inclusão escolar não representa apenas uma estratégia pedagógica, mas um movimento social mais amplo voltado à garantia dos direitos de participação e cidadania para todos os indivíduos.

A discussão sobre diversidade e inclusão também encontra respaldo nas contribuições da psicologia histórico-cultural. De acordo com Lev Vygotsky, o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais e da mediação cultural. O autor afirma que **“o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daquelas que as cercam”** (Vygotsky, 1998, p. 115). Essa concepção evidencia a relevância do ambiente escolar como espaço de interação e construção coletiva do conhecimento, no qual as diferenças podem favorecer experiências de aprendizagem mais ricas e significativas.

Outro autor que contribui significativamente para o debate sobre educação inclusiva é Mel Ainscow, que destaca a necessidade de transformar as culturas, políticas e práticas escolares para garantir a participação de todos os estudantes. Segundo o autor, **“a inclusão envolve um processo contínuo de identificação e remoção de barreiras à aprendizagem e à participação”** (ainscow, 2009, p. 18). Essa abordagem enfatiza que a responsabilidade pela inclusão não recai apenas sobre o aluno, mas sobre o sistema educacional como um todo.

Da mesma forma, Tony Booth ressalta que a construção de escolas inclusivas depende da implementação de políticas e práticas que favoreçam a participação de todos os estudantes no cotidiano escolar. Para o autor, **“a inclusão está relacionada ao aumento da participação dos alunos nas culturas, currículos e comunidades das escolas”** (Booth; Ainscow, 2011, p. 6). Essa perspectiva amplia a compreensão da inclusão para além do acesso à escola, enfatizando a necessidade de garantir condições efetivas de aprendizagem e participação.

No contexto brasileiro, a discussão sobre educação inclusiva também é abordada por Rosana Glat, que destaca a importância da formação docente e da reorganização das práticas pedagógicas para atender às necessidades dos estudantes. Segundo a autora, **“a inclusão escolar exige mudanças significativas na organização da escola e nas concepções de ensino, aprendizagem e avaliação”** (Glat; Pletsch, 2011, p. 22). Dessa forma, a efetivação da educação inclusiva depende não apenas da existência de políticas públicas, mas também do compromisso das instituições educacionais em construir ambientes que valorizem a diversidade.

Outro aporte relevante para a compreensão da diversidade na educação provém das reflexões de Paulo Freire, que enfatiza a dimensão humanizadora do processo educativo. Para o autor, **“ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”** (Freire, 1996, p. 47). Essa concepção reforça a necessidade de práticas pedagógicas dialógicas, que considerem as experiências, saberes e singularidades dos estudantes no processo de construção do conhecimento.

Dessa forma, a educação inclusiva configura-se como um movimento educacional e social que busca transformar a escola em um espaço de acolhimento, participação e respeito às diferenças. Ao reconhecer a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo, a escola contribui para a formação de sujeitos críticos, autônomos e capazes de conviver em uma sociedade plural.

A educação inclusiva também pode ser compreendida a partir da perspectiva de que os sistemas educacionais devem ser reorganizados para responder às necessidades de todos os estudantes. Essa compreensão implica superar modelos educacionais baseados na segregação ou na integração limitada, nos quais alunos com deficiência eram frequentemente atendidos em contextos separados do ensino regular. Conforme argumenta David Mitchell, **“a educação inclusiva baseia-se na ideia de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam apresentar”** (Mitchell, 2008, p. 27). Essa abordagem destaca a necessidade de criar ambientes educacionais capazes de acolher a diversidade e promover a participação de todos os alunos.

Nesse sentido, a inclusão escolar exige mudanças nas práticas pedagógicas, nas estruturas organizacionais das escolas e nas concepções de ensino e aprendizagem. A construção de uma escola inclusiva envolve a implementação de estratégias pedagógicas flexíveis, a utilização de recursos educacionais diversificados e o desenvolvimento de práticas colaborativas entre professores e estudantes. Para Susan Stainback e William Stainback, **“a educação inclusiva significa educar todos os alunos em salas de aula regulares, onde cada estudante recebe apoio necessário para participar ativamente do processo educacional”** (Stainback; Stainback, 1999, p. 21). Essa perspectiva reforça a ideia de que a diversidade deve ser compreendida como elemento enriquecedor das experiências educacionais.

Outro aspecto relevante na discussão sobre diversidade refere-se à necessidade de identificar e eliminar barreiras que dificultam o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes. Nesse contexto, a inclusão não depende apenas das características individuais dos alunos, mas também das condições oferecidas pelas instituições educacionais. Conforme destaca Mel Ainscow, **“a inclusão envolve um processo contínuo de identificação e remoção de barreiras à aprendizagem e à participação”** (Ainscow, 2009, p. 18). Essa abordagem evidencia que a responsabilidade pela inclusão deve ser compartilhada por toda a comunidade escolar.

A reflexão sobre educação inclusiva também envolve a análise das concepções pedagógicas que orientam o trabalho docente. Para Michael Farrell, **“a inclusão educacional requer que os professores desenvolvam práticas pedagógicas que considerem as diferentes formas de aprendizagem e promovam oportunidades equitativas para todos os alunos”** (Farrell, 2010, p. 32). Dessa forma, o professor desempenha papel central na construção de ambientes educacionais inclusivos, sendo responsável por desenvolver estratégias que favoreçam o engajamento e a participação dos estudantes.

Além disso, a educação inclusiva deve ser compreendida como parte de um movimento mais amplo voltado à construção de sociedades democráticas e socialmente justas. A escola, nesse contexto, assume papel estratégico na formação de valores relacionados ao respeito às diferenças, à cooperação e à convivência social. De acordo com Tony Booth, **“a inclusão está relacionada ao aumento da participação de todos os estudantes nas culturas, nos currículos e nas comunidades das escolas”** (Booth; Ainscow, 2011, p. 6). Essa concepção amplia a compreensão da inclusão, enfatizando a necessidade de promover não apenas o acesso à escola, mas também a participação efetiva no processo educativo.

Assim, a educação inclusiva configura-se como um paradigma educacional que busca transformar as instituições escolares em espaços capazes de reconhecer, valorizar e respeitar a diversidade humana. Ao adotar práticas pedagógicas inclusivas

e promover a participação de todos os estudantes, a escola contribui para o desenvolvimento de uma educação mais democrática, equitativa e socialmente comprometida com a garantia do direito à aprendizagem.

Transtorno do Espectro Autista e aprendizagem

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é compreendido como uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por dificuldades persistentes na comunicação social e na interação social, bem como pela presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Essas características podem manifestar-se em diferentes níveis de intensidade e variam significativamente entre os indivíduos, razão pela qual o autismo é descrito como um espectro. Conforme definido no manual diagnóstico *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5)*, os indivíduos com TEA apresentam déficits na reciprocidade socioemocional, dificuldades na comunicação verbal e não verbal e padrões comportamentais repetitivos que podem influenciar sua participação em diferentes contextos sociais, incluindo o ambiente escolar (APA, 2014).

No contexto educacional, as características do TEA podem interferir na forma como os estudantes interagem com colegas e professores, organizam suas atividades e respondem às demandas pedagógicas. No entanto, é fundamental compreender que essas dificuldades não impedem o desenvolvimento da aprendizagem quando são oferecidas condições pedagógicas adequadas e ambientes educacionais acolhedores. Segundo Uta Frith, pesquisadora pioneira nos estudos sobre autismo, **“o autismo envolve uma maneira particular de perceber e compreender o mundo, o que exige abordagens educacionais sensíveis às especificidades cognitivas desses indivíduos”** (Frith, 2008, p. 56).

A aprendizagem de estudantes com TEA pode ser favorecida por estratégias pedagógicas que valorizem a organização, a previsibilidade e a mediação docente. Muitos estudantes com autismo apresentam maior facilidade para compreender informações visuais, o que torna relevante a utilização de recursos como imagens, esquemas, rotinas visuais e materiais concretos no processo de ensino. Para Simon Baron-Cohen, **“pessoas com autismo frequentemente demonstram estilos cognitivos particulares, que incluem forte atenção a detalhes e formas diferenciadas de processamento da informação”** (Baron-Cohen, 2010, p. 87). Essa compreensão contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizem as potencialidades desses estudantes.

Outro aspecto relevante refere-se ao desenvolvimento da comunicação e da interação social no contexto escolar. A escola constitui um espaço privilegiado de convivência e socialização, no qual os estudantes têm a oportunidade de

desenvolver habilidades sociais por meio das interações cotidianas. Conforme destaca Tony Attwood, **“o ambiente escolar pode desempenhar papel decisivo no desenvolvimento das competências sociais de crianças com autismo, especialmente quando são oferecidas oportunidades estruturadas de interação com os colegas”** (Attwood, 2007, p. 112). Dessa forma, práticas pedagógicas que incentivem atividades colaborativas e trabalho em grupo podem contribuir significativamente para o desenvolvimento dessas habilidades.

A compreensão das características do TEA também exige que os educadores reconheçam a diversidade existente dentro do próprio espectro autista. Cada estudante apresenta necessidades, interesses e potencialidades distintas, o que demanda a elaboração de estratégias pedagógicas individualizadas. Nesse sentido, a educação inclusiva propõe que o ensino seja organizado de forma flexível, permitindo adaptações curriculares e metodológicas que favoreçam o aprendizado. De acordo com David Mitchell, **“a educação inclusiva eficaz depende da capacidade dos professores de adaptar o currículo e as estratégias de ensino para responder às necessidades individuais dos alunos”** (Mitchell, 2008, p. 45).

Além das estratégias pedagógicas, a parceria entre escola, família e profissionais especializados desempenha papel fundamental no processo educativo de estudantes com TEA. A colaboração entre diferentes atores permite compreender melhor as necessidades da criança e desenvolver intervenções pedagógicas mais adequadas. Para Temple Grandin, pesquisadora e ativista autista, **“com apoio adequado e oportunidades educacionais significativas, muitas pessoas com autismo podem desenvolver habilidades e contribuir de forma relevante para a sociedade”** (Grandin; Panek, 2013, p. 23). Essa perspectiva reforça a importância de reconhecer as potencialidades dos estudantes com autismo e promover práticas educacionais que favoreçam seu desenvolvimento.

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL PARA A APRENDIZAGEM (COM CITAÇÕES)

A teoria histórico-cultural oferece fundamentos relevantes para a compreensão dos processos de aprendizagem, destacando o papel das interações sociais e da cultura no desenvolvimento humano. Essa abordagem foi desenvolvida por Lev Vygotsky, que compreende o desenvolvimento psicológico como resultado da relação dinâmica entre o indivíduo e o meio sociocultural. Para o autor, o aprendizado não ocorre de forma isolada, mas é construído nas interações sociais estabelecidas ao longo da vida. Nesse sentido, Vygotsky afirma que **“todas as funções no desenvolvimento cultural da criança aparecem duas vezes: primeiro no nível social e, depois, no nível individual”** (Vygotsky, 1998, p. 75). Essa concepção evidencia que o conhecimento é

inicialmente construído nas relações sociais para, posteriormente, ser internalizado pelo sujeito.

A aprendizagem, portanto, está diretamente relacionada às experiências sociais e às mediações realizadas por indivíduos mais experientes, como professores, familiares ou colegas. Nesse contexto, a escola assume papel fundamental na organização de experiências educativas que favoreçam o desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Segundo Vygotsky, **“o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo por meio do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam”** (Vygotsky, 1998, p. 115). Assim, o ambiente escolar torna-se espaço privilegiado para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Um conceito central da teoria histórico-cultural é a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que se refere à diferença entre o nível de desenvolvimento real do indivíduo e o nível de desenvolvimento potencial que pode ser alcançado com auxílio de outras pessoas. A ZDP evidencia que o processo de aprendizagem pode impulsionar o desenvolvimento quando o estudante recebe apoio adequado durante a realização de atividades cognitivas mais complexas. Nesse sentido, Vygotsky afirma que **“a zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação”** (Vygotsky, 1998, p. 112). Dessa forma, a mediação pedagógica torna-se elemento essencial para favorecer o desenvolvimento das capacidades cognitivas.

Outro aspecto relevante na teoria histórico-cultural refere-se ao papel da linguagem no desenvolvimento do pensamento. Para Vygotsky, a linguagem constitui um dos principais instrumentos de mediação cultural, permitindo que os indivíduos organizem suas experiências e atribuam significados às situações vivenciadas. Por meio da linguagem, os sujeitos internalizam conhecimentos, valores e práticas sociais que influenciam sua forma de compreender o mundo. Nesse sentido, o autor destaca que **“o pensamento não é simplesmente expresso em palavras; é por meio delas que ele passa a existir”** (Vygotsky, 2001, p. 156).

As contribuições da teoria histórico-cultural foram ampliadas por pesquisadores que deram continuidade aos estudos de Vygotsky, entre eles Alexei Leontiev e Alexander Luria. Leontiev enfatizou a relevância da atividade humana como elemento central no desenvolvimento psicológico. Segundo o autor, **“a consciência humana é formada nas atividades práticas realizadas pelos indivíduos em suas relações com o mundo social”** (Leontiev, 1978, p. 63). Essa perspectiva destaca que o aprendizado ocorre quando o sujeito participa ativamente das práticas sociais e culturais presentes em seu contexto.

Por sua vez, Luria aprofundou os estudos sobre a relação entre cultura, linguagem e desenvolvimento cognitivo. Para o autor, **“os processos psicológicos superiores têm origem social e se desenvolvem por meio da interação entre os indivíduos”** (LURIA, 1987, p. 34). Essa concepção reforça a ideia de que o desenvolvimento intelectual não pode ser compreendido apenas a partir de aspectos biológicos, sendo necessário considerar as experiências culturais e sociais vivenciadas pelos sujeitos.

No contexto educacional, as contribuições da teoria histórico-cultural apresentam implicações significativas para a organização das práticas pedagógicas. Ao reconhecer que a aprendizagem ocorre por meio da mediação e da interação social, essa abordagem destaca a importância de metodologias colaborativas, do diálogo e da participação ativa dos estudantes no processo educativo. Dessa forma, o professor assume papel fundamental como mediador da aprendizagem, sendo responsável por criar situações pedagógicas que estimulem a construção coletiva do conhecimento.

A teoria histórico-cultural também apresenta contribuições relevantes para a educação inclusiva, uma vez que enfatiza o potencial de desenvolvimento de todos os indivíduos quando inseridos em ambientes sociais favoráveis. Vygotsky defendia que as limitações individuais não determinam completamente o desenvolvimento das pessoas, pois as interações sociais podem favorecer novas possibilidades de aprendizagem. Nesse sentido, o autor afirma que **“aquilo que a criança consegue fazer hoje com ajuda será capaz de fazer sozinha amanhã”** (Vygotsky, 1998, p. 98). Essa perspectiva reforça a importância de práticas pedagógicas inclusivas que valorizem as interações sociais e o apoio pedagógico no processo de aprendizagem.

Assim, a teoria histórico-cultural contribui para compreender a aprendizagem como um processo social, dinâmico e mediado culturalmente. Ao considerar a relevância das interações sociais, da linguagem e das experiências culturais no desenvolvimento humano, essa abordagem oferece fundamentos teóricos consistentes para a construção de práticas educacionais que favoreçam a participação de todos os estudantes e promovam uma educação mais inclusiva e democrática.

Políticas públicas e diretrizes atuais da educação inclusiva

A consolidação da educação inclusiva está diretamente relacionada ao desenvolvimento de políticas públicas que assegurem o direito de todos os estudantes ao acesso, à permanência e à aprendizagem no sistema educacional. A educação, enquanto direito fundamental, constitui elemento decisivo para a promoção da cidadania, da igualdade de oportunidades e da participação social. Nesse sentido, a construção de sistemas educacionais inclusivos exige a implementação de políticas educacionais comprometidas com a valorização da diversidade e com a superação de práticas historicamente excludentes presentes na organização escolar.

No cenário internacional, a defesa da educação inclusiva ganhou maior visibilidade a partir da década de 1990, quando organismos internacionais passaram a enfatizar a necessidade de garantir o direito à educação para todos os indivíduos, independentemente de suas condições sociais, culturais ou físicas. Um dos documentos mais relevantes nesse contexto foi a Declaração de Salamanca, elaborada em 1994 pela UNESCO, que estabeleceu princípios fundamentais para a construção de sistemas educacionais inclusivos. O documento afirma que “as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, construir sociedades inclusivas e alcançar a educação para todos” (UNESCO, 1994, p. 8). A partir dessa perspectiva, a educação inclusiva passou a ser compreendida como estratégia essencial para promover equidade educacional e justiça social.

Além da Declaração de Salamanca, outros documentos internacionais também contribuíram para fortalecer a defesa da inclusão educacional, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas em 2006. Essa convenção estabelece que os Estados devem assegurar sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis de ensino, garantindo que pessoas com deficiência tenham acesso à educação em igualdade de oportunidades com os demais cidadãos.

No Brasil, os princípios da educação inclusiva foram progressivamente incorporados à legislação educacional, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. A Constituição reconhece a educação como direito de todos e estabelece que o atendimento educacional especializado deve ser oferecido preferencialmente na rede regular de ensino. Esse princípio representa avanço significativo na garantia do acesso à educação para estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais específicas.

Outro marco legal relevante foi a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que consolidou princípios fundamentais para a organização do sistema educacional brasileiro. O artigo 58 da referida lei determina que “a educação especial é modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996). Esse dispositivo legal reforça a necessidade de garantir a participação dos estudantes com necessidades educacionais específicas nas classes comuns do ensino regular.

Outro avanço significativo ocorreu com a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída pelo Ministério da Educação em 2008. Essa política orienta os sistemas educacionais brasileiros a

promoverem o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência nas escolas regulares. O documento destaca que “a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis” (BRASIL, 2008, p. 5). Dessa forma, a política reafirma a necessidade de transformar as práticas educacionais para atender às diferentes necessidades dos estudantes.

Outro instrumento legal que fortaleceu a educação inclusiva no país foi a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Essa legislação estabelece direitos fundamentais relacionados à acessibilidade, à participação social e ao acesso à educação. A lei determina que o sistema educacional deve garantir condições de igualdade de oportunidades, proibindo a exclusão de estudantes com deficiência em instituições de ensino públicas ou privadas.

A legislação também prevê a implementação de recursos pedagógicos acessíveis, tecnologias assistivas e serviços de apoio especializados que possibilitem a participação efetiva dos estudantes no processo educativo. Dessa forma, a inclusão educacional passa a ser compreendida não apenas como garantia de acesso à escola, mas também como direito à aprendizagem e ao desenvolvimento integral.

Nos últimos anos, o debate sobre inclusão educacional no Brasil também tem enfatizado a necessidade de fortalecer políticas públicas que promovam a permanência e o sucesso escolar dos estudantes com deficiência. Nesse contexto, destaca-se a criação de novas diretrizes voltadas à ampliação do atendimento educacional especializado e ao fortalecimento das redes de apoio pedagógico. Em 2025 foi instituída a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva por meio do Decreto nº 12.686, que reafirma o direito dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades à escolarização em classes comuns da rede regular de ensino.

Entre as principais diretrizes dessa política estão a garantia da matrícula em classes comuns, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como complemento à escolarização e a ampliação do acesso a recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas. O Atendimento Educacional Especializado tem como objetivo complementar ou suplementar a formação dos estudantes, oferecendo recursos pedagógicos e estratégias que favoreçam sua participação no processo de aprendizagem.

Outro aspecto central das diretrizes atuais da educação inclusiva refere-se ao enfrentamento do capacitismo e das práticas discriminatórias no ambiente escolar. O capacitismo pode ser compreendido como um conjunto de atitudes e crenças que inferiorizam pessoas com deficiência, reforçando processos de exclusão social. As políticas educacionais contemporâneas buscam superar essas práticas por meio

da promoção de ambientes educacionais mais inclusivos, baseados no respeito à diversidade e na valorização das diferenças.

Além disso, as diretrizes atuais destacam a relevância da formação inicial e continuada de professores para o trabalho com a diversidade. A formação docente constitui elemento decisivo para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, pois permite que os professores desenvolvam estratégias adequadas para atender às necessidades educacionais dos estudantes. Nesse sentido, programas de formação continuada têm sido ampliados para qualificar educadores no uso de recursos pedagógicos acessíveis, tecnologias assistivas e metodologias inclusivas.

No campo teórico, diversos autores destacam a importância das políticas públicas para a consolidação da educação inclusiva. Para Maria Teresa Eglér Mantoan, “a inclusão escolar exige mudanças estruturais e culturais na escola, que devem ser sustentadas por políticas públicas comprometidas com o direito à educação para todos” (Mantoan, 2015, p. 39). A autora ressalta que a construção de uma escola inclusiva depende da transformação das práticas pedagógicas e da organização institucional.

De forma semelhante, Romeu Kazumi Sassaki afirma que “a construção de uma sociedade inclusiva depende da criação de políticas que garantam igualdade de oportunidades e participação plena para todas as pessoas” (Sassaki, 2010, p. 52). Nesse sentido, as políticas educacionais desempenham papel estratégico na promoção da inclusão social e na redução das desigualdades historicamente presentes no sistema educacional.

Outro pesquisador que discute a relação entre políticas educacionais e inclusão é David Mitchell, que destaca que “a eficácia das políticas de inclusão depende da capacidade dos sistemas educacionais de oferecer suporte adequado aos professores e às escolas” (Mitchell, 2008, p. 73). Essa perspectiva evidencia que a implementação das políticas inclusivas exige investimentos em formação docente, infraestrutura escolar e recursos pedagógicos acessíveis.

Além das políticas educacionais, a promoção da inclusão também depende da articulação entre diferentes políticas sociais, como saúde, assistência social e direitos humanos. A integração entre essas áreas possibilita o desenvolvimento de ações mais abrangentes voltadas ao atendimento das necessidades dos estudantes e de suas famílias. Dessa forma, a educação inclusiva deve ser compreendida como parte de um projeto social mais amplo, orientado pela construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Portanto, as políticas públicas desempenham papel fundamental na construção de sistemas educacionais inclusivos. Ao estabelecer diretrizes legais e promover ações

voltadas à inclusão, o Estado contribui para garantir o direito à educação para todos os cidadãos. No entanto, a efetivação dessas políticas depende do compromisso das instituições educacionais, dos profissionais da educação e da sociedade em promover práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e assegurem a participação de todos os estudantes no processo educativo.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, fundamentado em revisão bibliográfica e análise documental acerca das políticas públicas voltadas à educação inclusiva e às diretrizes que orientam a promoção da diversidade no contexto educacional. A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender os fundamentos teóricos, legais e pedagógicos que sustentam a construção de práticas educacionais inclusivas, considerando a complexidade das relações sociais e educacionais que permeiam o tema.

De acordo com Antônio Carlos Gil, a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituídos principalmente por livros e artigos científicos, permitindo ao pesquisador aprofundar conhecimentos acerca de determinado tema e analisar diferentes perspectivas teóricas sobre o fenômeno investigado (Gil, 2019). Nesse sentido, a revisão bibliográfica possibilitou reunir contribuições relevantes de pesquisadores da área da educação inclusiva, bem como compreender a evolução das políticas educacionais voltadas à garantia do direito à educação para todos.

A pesquisa também se caracteriza como descritiva, uma vez que busca analisar e sistematizar informações relacionadas às políticas públicas e às diretrizes educacionais que orientam a implementação da educação inclusiva no Brasil. Segundo Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi, os estudos descritivos têm como objetivo principal descrever características de determinado fenômeno ou população, possibilitando compreender suas relações e implicações no contexto social (Lakatos; Marconi, 2017).

No que se refere aos procedimentos técnicos, foi realizada uma revisão de literatura em livros, artigos científicos, dissertações e documentos institucionais que abordam a temática da inclusão educacional, da diversidade e das políticas públicas voltadas à educação especial. Além disso, foram analisados documentos legais e normativos que orientam a educação inclusiva no Brasil, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

A análise documental permitiu examinar os fundamentos legais que sustentam as políticas educacionais voltadas à inclusão, possibilitando compreender como essas diretrizes orientam a organização dos sistemas educacionais e a implementação de práticas pedagógicas inclusivas nas instituições de ensino. Conforme destaca José Carlos Libâneo, a análise de documentos educacionais constitui estratégia relevante para compreender a formulação e a implementação das políticas educacionais, bem como suas implicações para a prática pedagógica (Libâneo, 2013).

Para a seleção das fontes utilizadas na pesquisa foram considerados critérios como relevância acadêmica, reconhecimento científico dos autores e relação direta com o tema investigado. Foram priorizados estudos publicados em periódicos científicos, livros especializados na área da educação e documentos oficiais produzidos por órgãos governamentais e organizações internacionais.

Os dados obtidos a partir da revisão bibliográfica e da análise documental foram organizados e analisados por meio de interpretação crítica do conteúdo, buscando identificar categorias teóricas relacionadas à educação inclusiva, à diversidade e às políticas públicas educacionais. Esse procedimento possibilitou estabelecer relações entre diferentes perspectivas teóricas e compreender como os princípios da inclusão têm sido incorporados nas políticas educacionais brasileiras.

Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou desenvolver uma análise teórica consistente sobre a educação inclusiva e suas diretrizes políticas, contribuindo para a compreensão dos desafios e das possibilidades relacionadas à construção de sistemas educacionais mais inclusivos e comprometidos com a valorização da diversidade no contexto educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste artigo permitiu compreender que a educação inclusiva representa um avanço significativo na construção de sistemas educacionais mais democráticos, equitativos e comprometidos com o direito à educação para todos. A consolidação desse paradigma educacional está diretamente relacionada à implementação de políticas públicas que assegurem não apenas o acesso à escola, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem efetiva de todos os estudantes, respeitando suas singularidades e necessidades educacionais.

Os marcos legais e normativos que orientam a educação inclusiva no Brasil evidenciam um movimento progressivo de ampliação dos direitos educacionais das pessoas com deficiência e de outros grupos historicamente excluídos. Documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca, contribuíram para orientar mudanças nas políticas educacionais ao defender que os sistemas de ensino devem se organizar de modo a atender à diversidade presente nas escolas. Esse documento

consolidou princípios fundamentais que influenciaram a formulação de políticas inclusivas em diferentes países, incluindo o Brasil.

No contexto brasileiro, a consolidação da educação inclusiva foi fortalecida por marcos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Esses instrumentos normativos estabelecem diretrizes para a organização de sistemas educacionais inclusivos e reforçam o compromisso do Estado com a garantia do direito à educação em condições de igualdade.

Entretanto, a análise das políticas públicas evidencia que a efetivação da educação inclusiva vai além da criação de legislações e diretrizes normativas. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige transformações estruturais nas práticas pedagógicas, na organização institucional das escolas e na formação dos profissionais da educação. Nesse sentido, autores como Maria Teresa Eglér Mantoan destacam que a inclusão escolar implica repensar os modelos tradicionais de ensino, valorizando metodologias pedagógicas que reconheçam a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de fortalecer a formação inicial e continuada de professores para o trabalho com a diversidade. A atuação docente em contextos inclusivos demanda conhecimentos pedagógicos, didáticos e sociais que possibilitem o desenvolvimento de práticas educativas capazes de atender às diferentes formas de aprendizagem dos estudantes. Nesse contexto, a formação docente constitui elemento crucial para a implementação efetiva das políticas de inclusão educacional.

Além disso, a promoção da educação inclusiva exige a articulação entre diferentes políticas sociais, envolvendo áreas como saúde, assistência social e direitos humanos. Essa integração contribui para ampliar as possibilidades de atendimento às necessidades dos estudantes e de suas famílias, favorecendo a construção de redes de apoio que potencializem o desenvolvimento educacional e social.

Outro desafio relevante refere-se à superação de práticas discriminatórias ainda presentes no ambiente escolar. A inclusão educacional implica a construção de uma cultura institucional baseada no respeito às diferenças e na valorização da diversidade. Dessa forma, as escolas precisam desenvolver ações pedagógicas e institucionais que promovam ambientes educacionais acolhedores, capazes de garantir a participação ativa de todos os estudantes no processo de aprendizagem.

Nesse cenário, as políticas educacionais contemporâneas também têm enfatizado a necessidade de ampliar o acesso a recursos pedagógicos acessíveis, tecnologias

assistivas e serviços de apoio especializados, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esses recursos desempenham papel relevante na promoção da aprendizagem e na garantia de condições adequadas de participação escolar para estudantes com diferentes necessidades educacionais.

Portanto, a construção de sistemas educacionais inclusivos depende de um conjunto articulado de ações que envolvem políticas públicas, formação docente, transformação das práticas pedagógicas e compromisso institucional com a valorização da diversidade. A inclusão educacional não deve ser compreendida apenas como política voltada a determinados grupos, mas como princípio orientador de uma educação comprometida com a equidade, a justiça social e o respeito às diferenças.

Dessa forma, conclui-se que a educação inclusiva representa um processo contínuo de transformação das instituições educacionais e da sociedade. A efetivação desse processo requer o fortalecimento das políticas públicas, a ampliação dos investimentos em formação docente e a construção de práticas pedagógicas inovadoras que reconheçam e valorizem a diversidade presente no contexto escolar. Somente por meio dessas ações será possível garantir que a educação cumpra seu papel social de promover o desenvolvimento humano e a inclusão de todos os indivíduos na vida social.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. **Developing inclusive education systems: what are the levers for change?** Journal of Educational Change, v. 6, n. 2, p. 109–124, 2009.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ATTWOOD, Tony. **The complete guide to Asperger's syndrome**. London: Jessica Kingsley Publishers, 2007.

BARON-COHEN, Simon. **Autism and Asperger syndrome**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index for inclusion: developing learning and participation in schools**. 3. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 2025.** Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília: Presidência da República, 2025.

FARRELL, Michael. **Debating special education.** London: Routledge, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRITH, Uta. **Autism: a very short introduction.** Oxford: Oxford University Press, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

GRANDIN, Temple; PANEK, Richard. **The autistic brain: thinking across the spectrum.** Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEONTIEV, Alexei. **Activity, consciousness and personality.** Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1978.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LURIA, Alexander. **Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais.** São Paulo: Ícone, 1987.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015.

MITCHELL, David. **What really works in special and inclusive education**. London: Routledge, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994.
Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.